

Sumário

Abreviaturas	XIX
Nota à Edição	1
Introdução	3
Capítulo 1 – História da Religião	9
1.1. Introdução e Importância do Tema.....	9
1.2. A Religião na Idade Primitiva.....	12
1.3. A Religião na Idade Antiga.....	14
1.4. A Religião na Idade Média	22
1.5. A Religião e o Racionalismo	28
1.5.1. A Revolução Burguesa e a Liberdade Religiosa.....	29
Capítulo 2 – Liberdade Religiosa – Aspectos Críticos e Conceituais	31
2.1. Importância do Capítulo	31
2.2. Amplitude da Liberdade Religiosa.....	32
2.3. Ateísmo e Novo Ateísmo. Agnosticismo. Ceticismo. Laicismo. Distinção Necessária	37
2.4. Formas de Relacionamento entre o Estado e a Igreja.....	39
2.5. Politeísmo e Monoteísmo. Alguns Dados Comparativos	42
2.6. Religiões Existentes na Atualidade	43
2.7. Pluralismo Religioso e a Verdade de Todas as Religiões. A Verdade de Quem Recusa as Religiões	48

Capítulo 3 – A Proteção à Liberdade Religiosa no Direito Constitucional Estrangeiro	51
3.1. Nota Introdutória.....	51
3.2. Alemanha. A Lei Fundamental de Bonn de 1949	52
3.3. Arábia Saudita.....	53
3.4. Argentina	54
3.5. Áustria	54
3.6. Bahamas, Barbados e Belize.....	54
3.7. Benin.....	55
3.8. Bielorrússia.....	56
3.9. Bolívia.....	56
3.10. Canadá.....	57
3.11. Chile.....	58
3.12. Colômbia.....	58
3.13. Coréia do Sul	59
3.14. Costa Rica	60
3.15. Cuba.....	60
3.16. Equador	60
3.17. Estados Unidos	61
3.17.1. A Suprema Corte dos Estados Unidos e a Liberdade Religiosa	61
3.17.1.1. Liberdade Religiosa e Investidura em Cargo Público	61
3.17.1.2. Liberdade Religiosa e Escusa de Consciência	62
3.17.1.3. Liberdade Religiosa e Proibição de Práticas Discriminatórias	63

3.17.1.4. Liberdade de Religião e Recusa Quanto à Prática de Atos Conexamente Incompatíveis com o Credo Religioso.....	64
3.17.1.5. Liberdade de Religião e Entidades Públicas de Ensino	65
3.17.1.6. Colocação de Símbolos Religiosos em Locais Públicos.....	66
3.17.1.7. Liberdade Religiosa e Leitura Bíblica nas Escolas.....	67
3.17.1.8. Liberdade Religiosa e Liberdade de Cátedra	68
3.17.1.9. Quando o Estado Pode Auxiliar Segmento Religioso?	68
3.17.1.10. Liberdade Religiosa e Sacrifício de Animais	69
3.18. Finlândia	70
3.19. França	70
3.20. Gana	70
3.21. Grécia.....	71
3.22. Guatemala.....	72
3.23. Haiti.....	73
3.24. Honduras	73
3.25. Índia.....	73
3.26. Indonésia.....	74
3.27. Irã	74
3.28. Iraque	75
3.29. Japão	75
3.30. Jordânia.....	76
3.31. Mongólia	76

3.32. Nepal	76
3.33. Nigéria	77
3.34. Noruega.....	77
3.35. Qatar	78
3.36. Ruanda	78
3.37. Rússia	78
3.38. Síria.....	78
3.39. Suriname.....	78
3.40. Tibet.....	79
3.41. Trinidad y Tobago.....	79
3.42. Tunísia.....	79
3.43. Ucrânia.....	79
3.44. Uruguai.....	80
3.45. Vaticano	80
3.46. Vietnã	80
3.47. Zâmbia.....	81

Capítulo 4 – A Proteção à Liberdade Religiosa nos Tratados e Convenções Internacionais	83
4.1. Importância do Estudo do Tema	83
4.2. A Liberdade Religiosa como Direito Humano.....	83
4.2.1. Os Direitos Humanos e os Grandes Movimentos Religiosos.....	87
4.3. A Liberdade Religiosa na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.....	90
4.4. A Liberdade Religiosa na Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948	91

4.5. A Liberdade de Religião no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	92
4.6. A Liberdade Religiosa na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).....	93
4.7. A Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença	93
4.8. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Proteção à Liberdade Religiosa dos Trabalhadores.....	94
4.9. A Extirpação Clitoriana e a Proteção dos Direitos Humanos.....	95
4.10. Transconstitucionalismo, os Direitos Humanos e a Liberdade Religiosa.....	96
4.11. Organismos Internacionais, Liberdade Religiosa e Terrorismo	99
Capítulo 5 – Hermenêutica Constitucional e a Liberdade Religiosa	
5.1. Importância do tema	103
5.2. Aspectos Introdutórios sobre a Interpretação Jurídica.....	103
5.3. A Especificidade da Interpretação Constitucional e a Liberdade Religiosa.....	107
5.3.1. Distinção entre Princípios e Regras Constitucionais. Localização da Liberdade Religiosa.....	118
5.3.2. Princípios de Interpretação Constitucional e a Liberdade Religiosa	120
Capítulo 6 – A Proteção à Liberdade Religiosa na Constituição de 1988	
6.1. Prólogo	123

6.2. As Constituições Brasileiras e a Proteção à Liberdade Religiosa.....	124
6.3. A Liberdade Religiosa e os Princípios Fundamentais.....	127
6.3.1. A Liberdade Religiosa e a Dignidade da Pessoa Humana.....	128
6.3.2. A Liberdade Religiosa e o Pluralismo Político.....	135
6.3.3. Liberdade Religiosa e Abuso do Poder Religioso em Eleições.....	139
6.4. A Liberdade Religiosa e os Direitos Individuais.	
Direito à Crença. Direito ao Culto. Direito à Organização Religiosa	141
6.5. A Organização do Estado Brasileiro e a Liberdade Religiosa.....	148
6.6. O Sistema Tributário e a Liberdade Religiosa	150
6.7. A Ordem Social e a Liberdade Religiosa.....	156
6.8. Questões Controvertidas Sobre a Liberdade Religiosa.....	161
6.8.1. A Inclusão do Nome de Deus no Preâmbulo do Texto Constitucional Afasta a Posição Laica do Estado Brasileiro?	161
6.8.2. A Expressão “Deus seja louvado” em Notas de Real – Hipótese de Proselitismo Religioso do Estado Brasileiro?.....	163
6.8.3. A Polêmica sobre o Dia da Semana para a Realização de Concurso Público	166
6.8.4. O Sacrifício de Animais nas Liturgias do Candomblé e Umbanda – Exame à Luz da Constituição e da Legislação Ordinária.....	168
6.8.5. O Aluno Adventista do Sétimo Dia Pode se Ausentar de Aulas Relativas aos Dias de Culto?	170

6.8.6. A Liberdade de Religião Autoriza que se Realizem as Denominadas “Cirurgias Espirituais”?.....	171
6.8.7. A Liberdade de Liturgia Afasta a Laicidade do Estado Brasileiro em Virtude de Organização, pelo Poder Público, de Festas Religiosas?	172
6.8.8. Quando a Manifestação Religiosa se Converte em Patrimônio Cultural?.....	172
Capítulo 7 – Liberdade Religiosa e Relações de Trabalho	175
7.1. Importância e Atualidade do Tema.....	175
7.2. A Cláusula Constitucional da Não-Discriminação e as Relações de Trabalho	176
7.2.1. Discriminação Legítima e Ilegítima	177
7.3. Os Empregadores de Tendência Religiosa	180
7.4. A Proteção à Liberdade Religiosa no Âmbito das Relações de Trabalho.....	181
7.4.1. É possível, sob o manto da liberdade de crença, admitir que empregados façam proselitismo de determinado segmento religioso no âmbito interno da empresa?	182
7.4.2. É facultado ao empregador convocar os seus trabalhadores para participarem de culto vinculado a certa religião, como habitualmente ocorre em datas especiais (inauguração de novas instalações da empresa ou de filiais, festas de final de ano etc.)?	185
7.4.3. Pode o empregador, nos domínios físicos da unidade empresarial, construir templo representativo de segmento religioso?	188

7.4.4. Podem as organizações religiosas contratar exclusivamente empregados que professem a fé por elas abraçada?	189
7.4.5. O empregado Adventista do Sétimo Dia tem o direito de guardar os dias de sábado para o culto?	190
7.4.6. O desconto a título de dízimo ofende o princípio da intangibilidade salarial?	193
7.4.7. Existe vínculo de emprego entre o religioso e a entidade à qual está vinculado?	194
Referências Bibliográficas	197
Índice Onomástico	203
Índice Alfabético-Remissivo	207